

Reunião Ordinária do Conselho Municipal 1 dos Direitos da 2 Criança e do Adolescente do dia 24 de julho de 2003

3

4 Aos vinte e quatro dia do mês de julho do ano de dois mil e três, com início às oito horas

5 e vinte e cinco minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos

6 Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, na sede da Associação dos Municípios do

7 Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sito à Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, sob a 8 coordenação do Presidente Everaldo Becker, representando a Secretaria de Assitência

9 Social - SEMAS; com a presença dos conselheiros: Maria Packer Weiss, representando a

10 Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente - SECRIAD; Maurício Weidgenant

11 representando a Secretaria Municipal de Educação - SEMED; Eva Salet Johann e Maria

12 Aparecida de Moraes, representando a Pastoral da Criança - CNBB; Sônia Regina de

13 Souza, representando a Associação Voluntários de São Roque; Edna Ernestina Evangelista

14 Gonçalves, representando a Associação Assistencial Lar Betânia; Creusa Matias Silva,

15 representando o Centro de Educação Amiguinho Feliz; Dora Neves Moritz e Carla

16 Laemmle Campos, representando o Lions Clube de Blumenau Garcia; Braúlio Maria

17 Schoegel, representando a Fundação Cultural de Blumenau; Orlando Mattos Junior da

18 Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente; Maria Clara Cavalli do Conselho

19 Tutelar Centro; Oséas Alfredo da Silva do Conselho Tutelar Garcia; Denise Rafaela

20 Baumgärtner, Helena T. Cassaniga Nascimento, Maria Eunice M. Bernat e Sílvia Rosatti

21 do Programa Inter-Ação. O Presidente Everaldo cumprimentou a todos os presentes e

22 comunicou que no dia dezoito de julho, na IV Conferência Municipal dos Direitos da

23 Criança e do Adolescente, convocou os Conselheiros presentes a reunião extraordinária,

24 em função do furto do Data Show da Secretaria Municipal de Educação, e ressaltou que a

25 Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente, registrou o Boletim de Ocorrência, e

26 que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pagará um novo à

27 Secretaria Municipal de Educação. O mesmo pôs a ordem do dia em apreciação, sendo

28 aprovada: 2) Momento da Diretoria; 3) Apreciação de atas; 4) Momento dos Conselhos Tutelares; 5) Intervalo 6) Momento das Comissões: a) Política, Plano e Diagnóstico; b) 30 Finanças e captação; c) Normas e Registro; d) Organização da IV Conferência Municipal 31 dos Direitos da Criança e do Adolescente; 7) Palavra livre e 8) Encerramento. 2) 32 Momento da Diretoria - As Correspondências foram apreciadas. 3) Apreciação de atas - O 33 Presidente Everaldo pôs a ata do dia doze de junho em apreciação, sendo aprovada por 34 unanimidade; ata do dia dezesseis de junho, aprovada por unanimidade, nesta, o Conselheiro Braúlio, comentou sobre a dificuldade dos representantes 35 da Fundação 36 Cultural de Blumenau participarem das reuniões, informou que o Conselheiro suplente 37 Ivo Hadlich solicitou o desvinculamento de sua representatividade, neste Conselho. O 38 mesmo ressaltou ainda, que será providenciado outro suplente, e entregou cópia do 39 ofício, no qual o Conselheiro Suplente fez sua solicitação. A ata do dia dezoito de junho 40 foi apreciada e aprovada por unanimidade. 4) Momento dos Conselhos Tutelares - o 41 Conselheiro Tutelar Oséas, informou a falta de vaga em creche, e da dificuldade no 42 atendimento psicológico, na rede de serviços do município. A Conselheira Maria Packer 43 Weiss pergunta se foi solicitado uma reunião com a Secretária de Educação. A 44 Conselheira Tutelar Maria Clara diz que sim, mas que a secretária não pode comparecer 45 naquela data. O Conselheiro Maurício, expôs que a Comissão de Política, Plano e 46 Diagnóstico, fez uma pesquisa referente a este assunto, e estarão apresentando os dados 47 sobre o atendimento psicológico no momento das Comissões. Por haver tempo hábil para 48 discussão, definiu-se pelo adiamento do intervalo, dando continuidade aos trabalhos 49 com o item 6) Momento das Comissões - a) Momento da Comissão de Política, Plano e 50 Diagnóstico - O Conselheiro Maurício fez um esboço do trabalho da Comissão informando 51 que por sugestão da assessoria, priorizou uma das seis ações a serem desenvolvidas, 52 ficando prioritário o atendimento psicológico na rede. Apresentou-se um quadro 53 sistematizando as informações do atendimento psicológico na rede municipal, o mesmo

54 está anexo. Na apresentação, questionou-se o número de atendimento da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente. O Conselheiro Maurício expôs que visualizando os dados, o que se percebe é que a demanda reprimida se dá, não só pela falta de profissionais, mas também pela falta de integração do atendimento. O Conselheiro Maurício destacou a importância de que não só os conselheiros tutelares, mas também os conselheiros de direitos, deverão estar presentes na reunião com a secretaria de saúde. A assessora Helena diz que todas as vezes que tentou-se agendar reunião com o secretário da saúde, este solicitou contatar com a Maria Terezinha, que é responsável pela política da criança. A Conselheira Maria Aparecida sugeriu que o Conselho Tutelar também monte um quadro de atendimento psicológico. O Presidente Everaldo, sugeriu que o encaminhamento seja agendar com o secretário e técnicos da saúde, uma reunião para discutir o atendimento psicológico, juntamente com o Conselho Tutelar e a mesa diretora deste Conselho, e que seja enviado um ofício ao Setorial Social, para que abram espaço para discutir esta política, onde ficou definido a participação da vice-presidente Eva Salet e a Conselheira Sônia. A Conselheira Maria Packer Weiss, se comprometeu em verificar a demanda da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente e fazer contato com a Secretaria Municipal de Saúde. O intervalo se deu às nove horas e dez minutos, sendo retomada a reunião às nove horas e trinta e cinco minutos. b) Momento da Comissão de Finanças e Captação - foram apreciadas as movimentações financeiras dos meses de maio e junho de dois mil e três, aprovadas por unanimidade. O Gestor Orlando apresentou a Planilha do orçamento do Fundo (anexo). Explicou ainda que não há necessidade de redução e sim de se fazer um desbloqueio orçamentário, que de acordo com a necessidade pode ser desbloqueado, a qualquer tempo desde que a arrecadação do município aumente. Expôs ainda que 14,73 % do orçamento municipal de dois mil e três é investido na criança e no adolescente. A Conselheira Salet expôs que havia sido deliberado duzentos e oitenta reais, para a Conselheira Maria Aparecida participar em

80 Curitiba, do evento Mídia e Conselho, e que a mesma devolveu duzentos e quatorze
81 reais, visto o evento custear a estadia. C) Momento da Comissão de Normas e Registro -
82 a Conselheira Maria Aparecida informou a todos os conselheiros que foi aprovada a lei
83 411/03 que altera a Lei Complementar Municipal 18/91, e trouxe para este Conselho um
84 questionamento quanto a redução de quarenta horas para trinta horas do exercício de
85 trabalho dos conselheiros tutelares. O presidente Everaldo, perguntou qual foi o
86 posicionamento da Procuradoria Geral do Município. A Conselheira Maria Aparecida
87 esclarece que o Procurador Paulo entende que precisam de trinta horas para o exercício
88 da função e dez horas para formação. A Conselheira Carla pergunta qual a justificativa
89 da Câmara apresentar a mudança. A Maria Aparecida respondeu que não houve
90 justificativa. A assessora Helena informou que levou-se para o Procurador Paulo, a
91 proposta de especificar na lei que das quarenta horas, dez seriam para formações, mas
92 que a resposta foi que não se pode mudar a lei, uma vez que a mesma já foi aprovada, e
93 o que se pode fazer, é pedir para o prefeito vetar. O presidente Everaldo, pôs em
94 votação o pedido de veto ao prefeito, referente a redução da carga horária. Aprovado. A
95 assessora Helena expôs que houve ainda alteração nos artigos quarto e vinte e sete. O
96 Conselheiro Maurício sugeriu que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
97 Adolescente solicite o veto do artigo vinte e sete. Aprovado. Foi feita a leitura
98 apreciação de Formação da Comissão de Ética. O Conselheiro Maurício expôs sua dúvida
99 referente a penalidade da suspensão não remunerada, e ressaltou que quer saber onde
100 está na legislação esta suspensão. O presidente Everaldo solicitou para que na próxima
101 reunião se traga uma fundamentação jurídica referente a essa questão. A Comissão
102 comprometeu-se a convidar o Procurador Paulo da Procuradoria Geral do Município, para
103 estar presente na próxima reunião. A discussão foi feita até o artigo dez e na próxima
104 reunião serão retomados os artigos quinto e sétimo, que tratam da suspensão não
remunerada. Nada mais havendo, o Presidente Everaldo deu por encerrada 105
esta reunião

106 ordinária às onze horas e quinze minutos, da qual eu, Denise Rafaela Baumgärtner,
107 lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada por mim e pelos presentes.

108 Blumenau - SC, 24 de julho de 2003.

109 Denise Rafaela Baumgärtner

110

111 Presentes:

112 Everaldo Becker.....

113 Braúlio Maria Schloegel.....

114 Maria Packer Weiss.....

115 Maurício Weidgenant.....

116 Dora Neves Moritz

117 Carla Laemmle Campos.....

118 Eva Salete Johann.....

119 Maria Aparecida Moraes

120 Sônia Regina de Souza

121 Edna Ernestina Evangelista Gonçalves.....

122 Creusa Matias Silva.....

123

124 Cientes:

125 Nome: Assinatura:

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135